

Bonifácio, gênese do pensamento nacional

RONALDO CARMONA

Resumo

O artigo destaca o papel de José Bonifácio de Andrada e Silva no processo formador da nacionalidade brasileira. O autor advoga que Bonifácio esboçou um projeto nacional e elaborou princípios fundadores da política externa brasileira e do Estado nacional.

Palavras-chave: Brasil; Pensamento Nacional; Independência; Território; Política Externa.



Bonifácio, the genesis of national thought

Abstract

The article emphasizes the role of José Bonifácio de Andrada e Silva in the founding process of Brazilian nationality. The author advocates that Bonifácio outlined a national project and elaborated the founding principles of Brazilian's foreign policy and of the Nation-State.

Keywords: Brazil; National Thought; Independence; Territory; Foreign Policy.

RONALDO CARMONA

Doutorando em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Laboratório de Geografia Política (GeoPo).

1 INTRODUÇÃO

A percepção dos fundamentos do pensamento nacional brasileiro vincula-se à busca pelo autoconhecimento. Captar as “raízes nacionais” permite apreender a singularidade brasileira bem como a forma de os brasileiros perceberem o mundo tendo em vista os desafios do presente e do futuro. Neste texto proponho o exame do pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva tentando identificar a gênese do “nativismo” estruturado por ocasião da transição da Colônia para a Independência do Brasil.

Esse trabalho é elaborado no transcurso dos 250 anos do nascimento do “Patriarca da Independência” (13 de junho de 1763). Tal efeméride poderia propiciar uma reflexão sobre nosso curso, mas careceu de celebrações à altura da estatura do personagem, arquiteto da estratégia de Libertação do Brasil.¹

A homenagem, com o estudo do pensamento de José Bonifácio, deve-se à sua habilidade de formulador e operador da estratégia de transição da Colônia para a Independência e por ter formulado um projeto para a estruturação do Estado brasileiro. Pensador e homem de ação, cientista e político, a José Bonifácio coube a responsabilidade principal pela preservação da frágil unidade brasileira naquelas circunstâncias.

Como evidenciado, a “revolução brasílica”² proposta por Bonifácio constituiu nosso primeiro projeto nacional e compreen-

1 As principais homenagens foram a criação, pela Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), da Cátedra José Bonifácio no âmbito do CIBA (Centro Ibero-Americano), coordenada pelo presidente da República do Chile (2000 – 2006), Ricardo Lagos; aquela realizada em Santos, sua cidade natal, no “Pantheon dos Andradas”, com a presença do ministro da Defesa, Celso Amorim, e do governador Geraldo Alckmin, e a Sessão Solene no Senado Federal, proposta pelos senadores Inácio Arruda (PC do B-CE) e Renan Calheiros (PMDB-AL), este último, presidente do Congresso Nacional. Ambas celebrações ocorreram no próprio 13 de junho último. Quanto a publicações, além deste trabalho, organizado sob a égide da Cátedra José Bonifácio, cabe registrar dois artigos, “A atualidade de José Bonifácio” e “Um brasileiro que honrou a espécie”, respectivamente dos ministros Celso Amorim e Aldo Rebelo, além do pronunciamento do senador Inácio Arruda, na referida Sessão Solene (ARRUDA, 2013).

2 Termo cunhado por José Bonifácio: “Sendo esta a vontade dos Povos já de sobejo pronunciada nas Províncias, e sobretudo nesta Capital, cujo entusiasmo

deu a integração completa do território. Tal projeto foi a um só tempo revolucionário e brasílico. Revolucionário por sua ousadia reformista, de propor mudanças estruturais que conformassem as bases da “civilização brasileira” e realizassem tarefas relacionadas à edificação da “grandeza nacional”. As propostas reformistas apresentadas no espaço e tempo de um país essencialmente conservador foram tidas como radicais: estímulo ao amalgamento de índios, negros e portugueses; fim da escravidão e do aldeamento dos índios; proteção e fomento da indústria nacional, distribuição de terras, entre outras.

Este ensaio objetiva resgatar aspectos nodais do reformismo de José Bonifácio buscando estabelecer diálogo com desafios contemporâneos. Partirei de uma breve apresentação biográfica de José Bonifácio; em seguida, discutirei quatro questões fundamentais: a defesa da unidade do território; a compreensão sobre a necessidade de coesão dos brasileiros; a forma dual – negociação e conflito – pela qual se efetivou a Independência e a definição de bases para a autonomia nacional, seja pela defesa da industrialização, seja pela definição de princípios orientadores da política externa brasileira. Nas considerações finais argumentarei como a derrota do *projeto andradino* foi causa de retrocessos na estruturação do Brasil-nação.

Ocorridos em junho de 2013, os 250 anos de José Bonifácio coincidiram com clamor reformista que tomou as ruas do Brasil na forma de expressivas manifestações populares. Ao resgatar o reformismo progressista de José Bonifácio observo que ainda que sejam muitas as conquistas nacionais neste início de século – como a ascensão social de milhões de brasileiros ou o aumento da estatura do país no mundo –, as aspirações por reformas estruturais profundas estão presentes em nossas “raízes nacionais”.

até tem sido necessário moderar, é impossível que S.A.R. deixe de anuir quanto antes ao único meio de centralizar sempre em si a Revolução Brasílica e dirigir-la a bem dos Povos” (Carta a Caldeira Brant, 4 de outubro de 1822).

2 A TRAJETÓRIA DE JOSÉ BONIFÁCIO

Nascido em Santos (SP), em 1763, José Bonifácio, como era comum à época, partiu aos 20 anos de idade para estudar direito e logo depois, filosofia e matemática na Universidade de Coimbra, em Portugal. Na adolescência, tivera a sorte de ser educado por padre franciscano, recebendo instrução menos escolástica e dogmática que aquela ministrada por jesuítas.³

Graduado em Coimbra, o governo português “não consentiu que José Bonifácio voltasse ao Brasil [...] receoso de que fosse fazer uma revolução e o mandou viajar e estudar à custa do Estado” (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1939, p. 17). Foi então que o jovem brasileiro partiu para dez anos de estudos em mineralogia nas melhores escolas da Europa – incluindo a famosa Escola de Minas de Freiburg, na Alemanha, onde faria amizade, dentre outros, com von Humboldt (2006).

José Bonifácio tornou-se prestigiado cientista. Dentre outras proezas científicas, tem seu nome ligado à descoberta do lítio – hoje mineral estratégico para componentes eletrônicos –, ao identificar esse mineral em sua passagem pela Suécia.

A experiência europeia foi período de contato com a Revolução Francesa: partindo de Portugal, desembarca de imediato na França, em 1790. Forma-se em Bonifácio uma personalidade com gosto pela ilustração, adepta do Iluminismo, do desejo de saber, de rejeição à escolástica e ao dogmatismo.

A figura de Marquês de Pombal (1699-1782), secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), modernizador de Portugal, tem forte influência sobre Bonifácio. Mais diretamente, atestam vários dos seus biógrafos, Bonifácio participou do grupo daquele que é considerado o grande discípulo de Pombal, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, uma espécie de primeiro-ministro de D. João VI por ocasião da vinda da Corte em 1808 e continuador da modernização do reino português iniciada pelo marquês. D. Rodrigo defendia como saída para a crise que se abatia sobre o reino a constituição de um Império luso-brasileiro

3 Sobre as fontes biográficas utilizadas, ver Rodrigues (apud SILVA, 2006), Dolhnikoff (1996), Wefford (2006), Costa (1998) e Silva (1998).

sediado no Brasil, ideia em princípio apoiada por Bonifácio (SILVA, 2006).

De volta a Portugal, Bonifácio participou de importante experiência militar: entre 1808 e 1809, enquanto a Corte portuguesa se “exila” no Rio de Janeiro – fato inédito na história das cortes europeias – ajuda a organizar e depois chefia o Corpo Acadêmico Militar na condição de tenente-coronel, na resistência à invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, em Coimbra.

Entre 1812 e 1819 – ano em que volta ao Brasil –, reconhecido como prestigiado cientista, José Bonifácio foi secretário da Academia de Ciências de Lisboa recebendo o “elogio acadêmico” de Dona Maria I em sessão pública da Academia (SILVA, 2006).

Voltou ao Brasil já experiente e prestigiado, aos 56 anos. Em junho de 1821, iniciou sua breve, intensa e marcante experiência política, que iria até novembro de 1823, quando foi preso e deportado para a França.

A princípio, é nomeado vice-presidente da Junta Provisória da Província de São Paulo – organizada em consequência da maior autonomia administrativa conquistada pelo Brasil com a vinda da Corte, em 1808.

Nesse cargo, redigiu *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para seus deputados* – um verdadeiro programa de emancipação nacional – na forma de orientação aos parlamentares que compareceriam às Cortes de Lisboa, mecanismo legislativo organizado a partir da Revolução do Porto, em 1820.

Dentre outras medidas, os *Apontamentos* defendem a igualdade de direitos políticos e civis; a igualdade no número de deputados entre Portugal e “os de Ultramar”; a civilização geral e progressiva dos índios; a emancipação gradual dos escravos, transformando-os em “cidadãos ativos e virtuosos”; “escolas de primeiras letras” em todas as cidades, ginásios ou colégios em todas as províncias e criação de uma Universidade em São Paulo; a repartição da terra “para quem melhor saiba aproveitá-la”; a preservação de “matas intactas” nas sesmarias (antecedente da reserva legal que a legislação brasileira – única no mundo – define em relação às propriedades rurais), dentre outras medidas avançadas (SILVA, 2006).

Revelando visão geoestratégica aguçada, defendeu ainda a construção de “uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou regência”, para que a sede do governo “seja livre de assalto ou qualquer surpresa externa”. Além de propor a construção do que seria Brasília, Bonifácio defendeu medidas para integrar o vasto território nacional: a partir da nova capital, “dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar para que se favoreça por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil”. Ressalve-se que em pleno início do século XXI a integração nacional plena do território brasileiro ainda é tarefa pendente (SILVA, 2006).

Na condição de vice-presidente da Junta Provisória de São Paulo, o ano seguinte – ano da Independência – se inicia com José Bonifácio à frente de comitiva paulista que viaja ao Rio de Janeiro para exigir que o príncipe herdeiro recuse as ordens das Cortes de Lisboa no sentido de retornar imediatamente a Lisboa, episódio conhecido como “Dia do Fico” (SILVA, 1998).

Dias depois, José Bonifácio foi nomeado pelo príncipe regente ministro do Reino e dos estrangeiros, exercendo, por dezoito meses, seu papel de homem forte do governo brasileiro. Ato contínuo à Independência, Bonifácio foi nomeado ministro do Império e Negócios Estrangeiros – deixando assim de ser ministro “do Reino” –, função que ocuparia até julho de 1823, quando foi destituído, e assumiu sua cadeira de deputado à Assembleia Geral Constituinte. Com o golpe desferido contra a Constituinte em novembro de 1823 por D. Pedro I – que se encaminhava para ser, na compreensão conservadora, demasiado *liberal* –, Bonifácio foi preso e mandado ao exílio, pondo fim à sua breve, mas marcante experiência política.

Apenas em 1829 José Bonifácio retorna ao Brasil, para viver numa casa simples na Ilha de Paquetá (RJ) para longo “retiro filosófico”. O Patriarca morreria em 1838. Nesse ínterim, entre abril de 1831 e dezembro de 1833, encarregou-se legalmente da tutoria de D. Pedro II, após a renúncia de D. Pedro I – por indicação deste, em tardio reconhecimento ao velho Bonifácio, num momento de grave crise política no Império.

3 O PROJETO ANDRADINO

O “projeto andradino de revolução brasílica”, que idealizava a organização nacional, como afirmou Freyre (1972), fundamentou-se em duas questões basilares: (1) a preservação da unidade nacional, em especial no respeitante à coesão territorial do vasto território nacional; e (2) a busca de uma identidade nacional dos brasileiros que permitisse maior coesão nacional mediante maior homogeneidade cultural e racial. Adicionalmente, destacam-se duas contribuições centrais: a relativa ao modelo de transição dual e a defesa de medidas para a autonomia nacional.

José Bonifácio comungava, em princípio, com a ideia de constituição de um vasto Império luso-brasileiro com sede no Brasil. Ao se observar a questão com base em uma visão geopolítica contemporânea, se trataria potencialmente de uma grandiosa nação distribuída por toda a esfera terrestre, dado o fato de as colônias portuguesas espalharem-se pela África e Ásia.

Essa ideia vinha desde Antônio Vieira no século XVII e de D. Luís da Cunha, no XVIII, sendo retomada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho no início do século XIX, diante da possibilidade de invasão de Portugal por Napoleão. Conforme dizia Coutinho (1996, p. 165), sobre Portugal, “ainda resta ao seu soberano, e a seus povos, o irem criar um poderoso Império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa”. Hoje, sobretudo tendo em vista grandes tendências deste século XXI, não poderíamos deixar de apontar o visionário que foi a declaração do primeiro-ministro de D. João VI, especialmente em face da relativa decadência geopolítica da Europa.

Segundo Maxwell (1993 apud WEFFORT, 2006), na proposta de D. Luís da Cunha, por exemplo, o rei passaria a ter o título de “Imperador do Oeste” e nomearia um vice-rei para governar Lisboa. À época, a solução intermediária, diante da consumação da invasão francesa de Portugal, foi a transferência da Corte para o Rio, em 1808.

O fato é que desde 1808, com o deslocamento de D. João VI para o Brasil, o país avançara em múltiplos aspectos na sua autonomia administrativa e econômica (abertura dos portos) ou mesmo cultural (crescimento de aspirações nativistas). Desde 1815, inclusive,

o Brasil passara à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Assim, “não se desliga de Portugal, mas a ele se nivela” (DIÉGUES, 2004, p. 26).

A partir da Revolução do Porto de 1820, entretanto, ocorre a exigência do retorno imediato de D. João VI a Lisboa – que se efetivaria no ano seguinte –, recrudescendo pressões recolonialistas de Portugal sobre o Brasil. Como aponta Costa (1998, p. 67), a autonomia brasileira

[...] evidentemente divergia dos objetivos dos revolucionários portugueses, desejosos de anular as medidas liberais que, permitindo ao estrangeiro o acesso direto às mercadorias brasileiras, prejudicam os comerciantes e produtores portugueses [...] a política nitidamente recolonizadora promovida pelas Cortes, representante do interesse dos comerciantes e produtores portugueses prejudicados pela abertura dos portos e pela extinção dos monopólios e privilégios provocou crescente tensão entre brasileiros e portugueses.

A escalada das diferenças entre portugueses e brasileiros poria em xeque a ideia do Império luso-brasileiro com sede no Brasil. Na verdade, a ideia de autonomia do Brasil vinha de longe, em crescente irreversível. Segundo Maxwell (1993 apud WEFORT, 2006, p. 156), importante *brasilianista*, já no século XVIII, a relação entre Brasil e Portugal “nunca foi meramente de servo colonial e senhor europeu”. Afinal, as “atitudes diferenciadas por parte dos brasileiros remontam ao século XVII, quando, numa iniciativa inusitada para meros colonos, os povoadores de São Paulo, Bahia e Maranhão decidiram reconhecer D. João IV” em vez da coroa espanhola, na época da denominada União Ibérica. São deste período também as Batalhas dos Guararapes, marco do surgimento do Exército brasileiro, quando o povo em armas, em suas três vertentes originadoras da nacionalidade, derrotou – num exemplo clássico de vitória lograda em confronto assimétrico – a grande potência da época, o Império batavo.

No governo modernizador do Marquês de Pombal, este “escolheu brasileiros para funções de governo” – alguns deles até tomariam parte nos movimentos independentistas na Colônia. Era brasileiro o reitor da Universidade de Coimbra, que efetivou

grandiosa reforma modernizadora naquela instituição, livrando-a do dogmatismo jesuíta anticientífico (SILVA, 2006).

A despeito da inexistência de instituições universitárias na Colônia antes da chegada de D. João VI, entre 1772, data da reforma pombalina e o último ano do século, mais de quinhentos brasileiros se graduaram em Coimbra – formando importante elite intelectual nativista (SILVA, 2006).

A demonstração de que José Bonifácio já assume o Ministério do Reino planejando a Independência pode ser exemplificada com uma das suas primeiras atitudes, ainda em fevereiro de 1822, quando convocou um Conselho de Procuradores das Províncias, embrião da Constituinte, que teria vez meses depois, em 3 de junho de 1822, antes da própria proclamação formal de Independência.

Como evidenciado, a reação das Cortes portuguesas aceleraria a decisão dos patriotas brasileiros.

Nos últimos dias de agosto chegaram notícias das recentes decisões das Cortes reduzindo o príncipe a um mero “delegado temporário do Soberano Congresso”, de ação circunscrita às províncias onde exercia autoridade, “com secretários de Estado nomeados em Lisboa, que passava a ser a verdadeira sede do governo do Brasil”. Ficava anulada a convocação do Conselho de Procuradores e as Cortes mandavam processar “quantos houvessem procedido contra sua política visando especialmente José Bonifácio tido como responsável pelo que se passava” (COSTA, 1998, p. 76).

O confronto define a opção pela Independência efetiva do Brasil. Apresenta-se então a questão de qual o melhor sistema político a adotar para transitar da Colônia para a Independência: se uma república, como era a tendência nas colônias que iam se tornando independentes nas Américas, ou com a manutenção do regime monárquico. Como lembra Dolhnikoff (1996, p. 136),

As primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela busca, não só no Brasil como também na Europa, de um regime que se colocasse a meio caminho entre despotismo e democracia. [...] A monarquia constitucional, adotada na França em 1814, tornou-se o principal modelo daqueles que desejavam evitar tanto os excessos despóticos à Ancien Régime como os perigos das revoluções ou da “anarquia democrática”. Consoante com essa tendência, Bonifácio foi ardoroso defensor da monarquia constitucional.

Nas palavras de Bonifácio, em fins de 1823, sua defesa da Monarquia – constitucional, reitera-se –, derivava da sua visão de que se tratava do “único sistema que poderia ainda conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social, desde o Prata ao Amazonas”. Para ele, “sem a Monarquia não haveria um centro de força e união, e sem esta, não se poderia resistir às Cortes de Portugal e adquirir a Independência Nacional” (DIÉGUES, 2004, p. 250-251).

Operou-se assim uma transição na superestrutura política que não geraria ruptura com o Estado aqui implementado – especialmente desde 1808 –, mas sua *autonomização* na forma de um novo Estado a partir de 7 de setembro de 1822. Um ramo da dinastia Bragança foi cooptado para a realização deste movimento de transição – por certo, para D. Pedro I, entre ser mais um herdeiro em Lisboa ou liderar o novo país, não terá sido difícil a escolha.

Para Bonifácio, o modelo republicano ameaçaria a frágil coesão nacional, sobretudo no tocante ao território. Ao se observar a experiência da América espanhola, seria fácil dar razão ao Patriarca, ante o êxito da monarquia brasileira como instrumento de preservação da unidade do território nacional – mesmo que à custa de forte repressão sobre legítimas revoltas populares, em especial no período da regência trina (1831-1840)⁴ – e assim, de transição para a efetiva Independência nacional.

Pode-se derivar da lógica de José Bonifácio a ideia de que, sob um regime republicano, a Independência poderia levar a tendências territoriais centrifugas. Afinal, de fato, era o Brasil “dividido em províncias distantes, isoladas, com costumes e pretensões diversas, uma população heterogênea e dispersa” (SILVA, 1998, p. 87).

O modelo de transição para a Independência nos termos arquitetados por Bonifácio foi original em relação aos demais processos verificados na América Latina. Partiu da singularidade caracterizada pela preservação do embrião de Estado nacional, constituído

4 Dentre as quais, a Balaiada (1838 – 1841), a Cabanagem (1835 – 1840), a Sabinada (1837 – 1838), o Levante dos Malês (1835), a Cabanada (1832 – 1835) e a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835 – 1845).

mediante transferência da Corte. Entretanto, num fato por vezes secundarizado pela historiografia conservadora, envolveu guerra aberta para subjugar a resistência à Independência. Dessa maneira, o modelo, assim, foi dual, mas não contraditório, ainda que envolvesse, a um só tempo, continuidade e ruptura.⁵

Sob a direção de José Bonifácio – chefe de governo ou primeiro-ministro de D. Pedro I – foi estruturado um Exército genuinamente brasileiro – que vinha tomando esta forma desde Guararapes – e no qual se cria a Marinha do Brasil.

José Bonifácio foi um dos nossos primeiros geopolíticos.⁶ Sua visão estratégica permitiu perceber a importância da junção de meios diplomáticos com meios militares, sobretudo mediante constituição de uma força dissuasória, na medida do possível, hemisférica, contra as ameaças neocolonialistas. Utilizando expediente comum à época, José Bonifácio contactou dois exímios comandantes estrangeiros para liderar especialmente a batalha pela libertação da Bahia – numa das mais duras da Guerra de Libertação, junto com as batalhas do Maranhão e do Pará.

No caso da Bahia, o Patriarca, consciente da difícil contenda, encarregou o experiente general das tropas de Napoleão, Pierre (aqui rebatizado de Pedro) Labatut, para comandar, dentre outras, a vitória brasileira na Batalha do Pirajá, em 8 de novembro de 1822, batalha que notabilizou o corneteiro Luís Lopes por seu decisivo toque para a cavalaria avançar e degolar o inimigo.

Na frente marítima, José Bonifácio recrutou Cochrane – “um dos mais talentosos e audazes combatentes” com que contara a poderosa Marinha britânica, conhecido por táticas inovadoras de combates – para organizar aquela que selaria a vitória na Bahia no dia 2 de julho de 1823. Destaque aqui para o segundo-tenente da Armada João Francisco de Oliveira, conhecido como João das Botas, que combateu os inimigos à frente de uma esquadra composta de canoas e saveiros adaptados para a guerra, no que ficou conhecida como “flotilha de Itaparica”.

5 Sobre a guerra pela Independência, utilizamos trabalho de Diégues (2004).

6 Ainda que este termo só surgisse no final do século XIX com Rudolf Kjellén.

Muitas vezes o papel de José Bonifácio é reduzido ao de negociador da transição pacífica para a Independência. Como lembra Rodrigues (1982, p. 42),

a historiografia latino-americana e mesmo a norte-americana não falam da nossa Guerra da Independência, como se a nossa libertação fosse uma dádiva portuguesa. Se Bolívar, em 1824, chegou a dirigir 9.000 homens, se San Martín, em 1817, contou com 8.000 homens, na Guerra da Independência da Bahia as tropas brasileiras atingiram, em abril de 1823, 11.000 homens, dos quais 7.000 sobre o comando de Pedro Labatut na Batalha do Pirajá; e, no Maranhão, mais de 8.000 combatentes lutaram pela Independência.

Na Guerra da Independência, o Exército surgido nos Guararapes se fez definitivamente verde-e-amarelo; na Baía de Todos-os-Santos, a Marinha do Brasil irrompeu como força garantidora da soberania sobre o *mare brasiliis*.

Questão basilar, pressuposto para a definitiva Independência, seria, para o Patriarca, avançar na coesão dos brasileiros, na constituição de uma identidade em torno de interesses civilizatórios comuns.

Não por acaso, a heterogeneidade do povo brasileiro em suas origens foi grande fonte de preocupação de José Bonifácio quando da Independência nacional: cindido em agrupamentos étnicos conflitados, estava o Brasil irremediavelmente ameaçado de ter o mesmo destino da América espanhola, isto é, a fragmentação territorial e populacional. O Patriarca propôs a união dos brasileiros opondo-se decisivamente à ideia de que parte dos cidadãos seria composta de *inimigos internos*.

Bonifácio compreendia a escravidão como fator de divisão dos brasileiros. Para além da própria questão humana, como afirma Dolhnikoff (1996, p. 131), “a escravidão representava permanente perigo para a manutenção da ordem interna, apontando para a possibilidade de repetição, no Brasil, dos levantes de escravos ocorridos no Haiti no final do século XVIII”.

Na ótica de Bonifácio (2006, p. 19), “a escravidão era uma ameaça à segurança nacional, pois enfraquecia o poder nacional”. Visto hodiernamente, o problema de minorias nacionais é fator de vulnerabilidade geopolítica de países como Estados Unidos, China,

Índia ou Rússia. Mesmo no caso brasileiro, a constante manipulação das tribos indígenas por interesses que estão longe de serem humanitários ou a ênfase – curiosamente patrocinada por agências estrangeiras –, em políticas de corte “racial” também são fatores de preocupação estratégica.

Na transição para a Independência – e logo após, como membro da Constituinte – o Patriarca retoma duas das proposições dos *Apontamentos* que calavam fundo no âmago da sociedade do início do século XIX, e que, aceitas fossem, teriam precipitado avanços que o Brasil só observaria juridicamente no final do século. Trata-se de questão pendente, em certa medida, até os nossos dias: a incorporação dos índios à nação – projeto que, anos mais tarde, seria assumido por Rondon – e a valorização do negro como uma das fortalezas da nossa formação social e, assim, da nossa identidade nacional.

O primeiro projeto, denominado de Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil, propunha um conjunto de medidas para a integração dos índios, com seu aldeamento, criação de escolas, etc. O segundo grande projeto – ainda mais radical no contexto de uma sociedade escravocrata – foi o fim da escravidão, ainda que, consciente das resistências, Bonifácio propusesse que fosse gradual, mas irreversível. Some-se a isso a alternativa econômica para a emancipação de índios e negros, para os quais Bonifácio propunha um programa de distribuição de terras ociosas ou mal aproveitadas.

Para conformar a identidade nacional, Bonifácio buscou analogia na mineralogia, sua especialidade, sugerindo “amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que não se esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política” (LISBOA, 1998, p. 219). Nesse esforço nacional, propunha até mesmo benefício pecuniário para incentivar casamentos mistos entre brancos, índios e negros.

Ao defender a miscigenação, Bonifácio foi quase um futurólogo, como denominou Freyre (1972). Segundo o *mestre dos Apipucos*,

isto numa época em que raros pensadores políticos, na Europa e no próprio Brasil, seriam capazes de conceber como socialmente válido um futuro nacional extra-europeu que viesse a

valorizar de tal modo o elemento não europeu de etnia e de cultura (FREYRE, 1972, p. 16).

Bonifácio defendeu ideia que se imporia na prática – a miscigenação e o amalgamento –, mas que, em virtude da hegemonia de uma sociologia racista, adepta da “pureza” étnica, tardaria a ser valorizada pelos brasileiros. Só o próprio Gilberto Freyre, com *Casa grande e senzala*, enfrentaria, com argumentos sólidos e irrefutáveis, apoiando-se na trajetória da formação social brasileira, a visão negativista sobre nosso povo, por largos anos hegemônica.

Bonifácio defendeu pela primeira vez a ideia de miscigenação numa carta ao Conde de Funchal em 1812. Como observa Weffort (2006, p. 175), Bonifácio em muito se antecipou às virtudes da miscigenação, “que, real no Brasil desde o século XVI, só será admitida de modo consistente pelas elites intelectuais no século XX”.

A formação do povo-novo, da etnia brasileira – nas expressões de Darcy Ribeiro –, pode converter-se, neste século XXI, em vantagem no sentido de facilitar a unidade nacional, em relação a outros grandes polos no sistema internacional contemporâneo, sejam os emergentes ou os tradicionais, como os Estados Unidos e o bloco europeu, envoltos em conflitos e diferenças étnicas em seus territórios. Bonifácio anteciparia a tendência brasileira de incorporação e assimilação do diferente: “Nós não conhecemos diferenças nem distinções na família humana. Como brasileiros serão tratados por nós o chinês e o luso, o egípcio e o haitiano, o adorador do sol e de Maomé” (DOLHNIKOFF, 1996, p. 126).

Ele também se referiu à singularidade e originalidade da formação social brasileira, que aliada às potencialidades do território poderia derivar na grande potência brasileira.

O brasileiro que possui uma terra virgem debaixo de um céu amigo recebeu das mãos da benigna Natureza todo o físico da felicidade, e só deve procurar formá-lo em bases morais de uma boa Constituição que perpetue nossos bons costumes. Devemos ser os chineses do novo mundo, sem escravidão política e sem mornos. Amemos pois nossos usos e costumes, ainda que a Europa ria de nós (SILVA, 2006, p. 176).

A referência aqui à China – ou Brasil como nova China – provavelmente deriva do papel fascinante que a China ainda ocupava no início do século XIX, do poderoso Império do meio, autárquico, apoiado em suas próprias forças – e que logo depois seria submetido à força pelo imperialismo, iniciando 150 anos de “humilhação nacional”, como dizem hoje os dirigentes chineses, só encerrado com a revolução de 1949.

No projeto nacional *andradino* caberia destacar a busca de *autonomia nacional*, em aspecto ainda atual: a defesa da indústria. Para ele, “não se deveria esquecer de ‘fomentar a indústria e as fábricas’ do reino, pois a agricultura por si não basta e ‘sem indústria, sem fábrica e manufatura’ nenhum Estado é rico e independente” (SILVA, 2006, p. 173). Ao Estado caberia a tarefa de impulsionar o desenvolvimento econômico: “A nascente indústria mal poderá fazer progressos que são para desejar sem o poderoso auxílio do governo aos empreendedores”. Como medida prática neste sentido, segundo Anjos (2007), ele chegou mesmo a determinar “preferência nas compras governamentais para produtos nacionais” no intuito de estimular a indústria nacional (SILVA, 2006, p. 267).

Ainda como o Patriarca defendia, “o governo deve cuidar em remergulhar o dinheiro nas classes baixas”, na defesa da distribuição de renda como forma de estímulo ao empreendedorismo (SILVA, 2006, p. 267).

Por fim, mas não menos importante, José Bonifácio, primeiro chanceler brasileiro, estabeleceu os princípios perenes de política externa, os quais podem ser denominados de a *Doutrina Andrada*.⁷

Revisitá-los é de extrema atualidade, porquanto, conforme defendem analistas conservadores, ao questionarem a política externa implementada em especial na última década pelos embaixadores Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, teria ocorrido uma *ruptura* com os princípios da orientação diplomática tradicional.

Observando as teses de Bonifácio, é possível constatar a ideia da política externa como instrumento de promoção da autonomia nacional e da integração sul-americana. Esses princípios,

7 O mais completo estudo sobre José Bonifácio chanceler, no qual propõe o termo Doutrina Andrada, é o trabalho de Anjos (2007).

emitidos curiosamente um mês antes da declaração formal de Independência – estão no *Manifesto às Nações Amigas de 6 de agosto de 1822* (SILVA, 2006).

O que podemos denominar como *Doutrina Andrada* de política externa comporta duas grandes dimensões.

A primeira consiste na defesa da união do Brasil recém-independente com as repúblicas espanholas que igualmente haviam acabado de obter sua autonomia. O Patriarca defendia claramente uma confederação com os países hispânicos, instruindo, sentido, o primeiro enviado brasileiro a Buenos Aires, Correa da Câmara. Bonifácio o orientou a expor ao governo de Buenos Aires

as utilidades incalculáveis que podem resultar de fazerem uma Confederação ou Tratado ofensivo e defensivo com o Brasil, para se oporem com os outros governos da América espanhola aos cerebrinos manejos da política europeia (SILVA, 2006, p. 386).

Aqui podemos ver as raízes remotas do Mercosul e da Unasul ou mesmo do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Ao contrário da orientação de Bonifácio, por longo período prevaleceu orientação de rivalidade com nossos vizinhos, especialmente a Argentina. Com a superação desta rivalidade, em 1985, graças a tratado de amizade por José Sarney e Raul Alfonsin, foi possível um retorno à *orientação andradina* e o início do atual processo de integração sul- americana.

É chave, na *visão andradina*, a resistência ao neocolonialismo, sobretudo tendo em vista que, na época, formara-se na Europa a Santa Aliança, voltada a reprimir ensejos autonomistas na periferia. Neste sentido se insere a proposição de aliança aos Estados Unidos, aliás, nunca respondida por Washington – país, desde sua gênese, pouco interessado em acordos que implicassem preservação de autonomia entre as partes.

Aqui reside diferença essencial entre duas doutrinas de política externa surgida mais ou menos no mesmo período: a Monroe e a Andrada. Enquanto a primeira propunha aliança contra os europeus buscando subjugar e submeter os aliados à sua esfera de influência, a segunda propunha, essencialmente, uma aliança entre nações soberanas em torno de propósitos comuns. A rigor, trata-se de diferença até hoje existente na política exterior

brasileira e norte-americana. Como exposto, o anseio autonomista de Bonifácio aparece claramente na célebre declaração:

O Brasil é uma potência transatlântica, nada tem a deslindar com a Europa e não necessita de estrangeiros; estes, ao contrário, necessitam muito do Brasil. Que venham, pois, todos aqui comerciar; nada mais; porém, em perfeita igualdade, sem outra proteção além dos direitos das gentes e com a condição expressa de não se envolverem, seja como for, em negócios do Império; de outro modo é necessário fechar-lhes os portos e proibir-lhes a entrada no país (SILVA, 2006, p. 20).

Outra orientação lapidar se deu em conversa com Chamberlain, em julho de 1822. Ao representante inglês, Bonifácio assim esclareceu:

O Brasil é uma nação e como tal ocupará seu posto, sem ter que esperar ou solicitar o reconhecimento das demais potências. A elas se enviarão agentes diplomáticos ou ministros. As que nos receberem nessa base e nos tratarem de Nação a Nação continuarão sendo admitidas nos nossos portos e favorecidas em seu comércio. As que se neguem serão excluídas dele (SILVA, 2006, p. 24).

Pouco antes, em maio do mesmo ano, num telegrama diplomático, o cônsul austríaco comentava:

O Sr. Andrada vai mesmo longe e eu o ouvi dizer, diante de vinte pessoas, todas estrangeiras, que era necessário a Grande Aliança ou Federação Americana, liberdade inteira de comércio e que se a Europa se recusasse se fechariam os portos e se adotaria o sistema da China e que se fossem atacados, suas fortalezas seriam as florestas e as montanhas (COSTA, 1998, p. 75).

Tratava-se de uma orientação clássica de guerra assimétrica, antes praticada em Guararapes e hoje conceito basilar da atual *Estratégia Nacional de Defesa*.

José Bonifácio se opôs firmemente aos tratados de comércio assinados com estrangeiros, por considerá-los lesivos ao interesse nacional – certamente observando o Tratado de Methuen, assinado entre Inglaterra e Portugal, em 1703, que essencialmente trocava manufaturas inglesas por vinho português e recursos naturais brasileiros.

Consoante se depreende, a preservação da autonomia nacional, o combate a intentos recolonialistas e o rechaço a tratados

desiguais ou assimétricos foram os grandes princípios firmados por Bonifácio para a política externa brasileira. Todavia, o retrocesso na abdicação destes princípios, com a destituição de José Bonifácio, foi atestado numa conversa entre dois funcionários ingleses, em fevereiro de 1824, ao afirmarem: “Parece claro que a firmeza que prevaleceu durante a administração do Sr. Andrada não foi mantida pelos seus sucessores” (SILVA, 2006, p. 24).

Contudo, o Barão do Rio Branco, os formuladores da política externa independente e o chamado pragmatismo responsável nos anos 1960 e 1970, e mais recentemente a condução do chanceler Celso Amorim, sem dúvida, são movimentos de retorno a uma *orientação andradina* em política externa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei delinear as bases do *pensamento andradino*, vinculando suas teses principais aos grandes desafios brasileiros contemporâneos. Formulador das bases de um *projeto nacional*, de caráter civilizatório,⁸ com vistas a modernizar e avançar na constituição e na realização da nação, José Bonifácio defrontou-se com uma sociedade contrária aos avanços de corte progressista. Hábil político, entretanto, o Patriarca, reformista e revolucionário, acabou acumulando inimigos “à esquerda e à direita” no espectro político.

Segundo Costa (1998), “o número de inimigos crescia: portugueses fiéis a Portugal, que viam nele um traidor da causa portuguesa, liberais, que viam nele um absolutista”. Antagonizado com os liberais “radicais”, também chamados de “demagogos” pelo Patriarca, pelo fato de estes desconhecerem a correlação de forças da época e defenderem bandeiras irrealizáveis, Bonifácio “perderia também rapidamente o apoio dos proprietários de terras e dos altos comerciantes”. Some-se a isto seu

desprezo pelos títulos da nobreza, o anticlericalismo e a atitude de livre-pensador, as ideias avançadas para o tempo e o país, relativas a mulher, e principalmente sua opinião favorável

8 Utiliza-se aqui o termo civilizatório no sentido de serem proposições destinadas a estruturar a própria civilização brasileira, todavia de composição frágil no momento da Independência.

à emancipação dos escravos [que] alijariam o apoio dos grupos conservadores” (SILVA, 2006, p. 85).

Por que motivo as mulheres devem obedecer às leis feitas sem sua participação e consentimento, perguntava Bonifácio, para escândalo da sociedade patriarcal de então. Para Rodrigues (apud SILVA, 2006, p. 6), “uma formidável coligação política de reacionários e exaltados, estimulados pelo repúdio às medidas políticas e sociais avançadas que José Bonifácio tomou, contra ele se armou”.

Após a deportação de Bonifácio a Bordeaux, resultado do golpe que fechou a Constituinte, o governo de D. Pedro I nunca mais seria o mesmo, até sua renúncia em 1831. A figura do Libertador passou a ser minimizada por seus detratores à esquerda e à direita:

Era preciso dificultar o culto a José Bonifácio e a corrente política que defendia esta tese era agora reforçada pela historiografia oficial, aquela história escrita com punhos de ferro, inaugurada por Francisco Adolfo de Varnhagen nos meados do século passado com sua História Geral do Brasil (RODRIGUES apud SILVA, 2006, p. 13).

Portanto, a não valorização de Bonifácio é parte do rebaixamento da “questão nacional” pelas elites dominantes brasileiras por longo período da nossa história.

Aos celebrar os duzentos anos de nascimento do Patriarca, há meio século, José Honório queixava-se que “continua o Brasil sem uma edição completa de suas obras”, alertando que “é um caso raro na América, pois de George Washington a José Martí, todos os fundadores possuem não uma, mas várias edições de seus escritos”. Cinquenta anos depois, a situação permanece a mesma.

REFERÊNCIAS

ANJOS, J. A. **José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ARRUDA, I. **Discurso proferido durante a solenidade de homenagem aos 250 anos de José Bonifácio, Patriarca da Independência**. Brasília, Plenário do Senado Federal, em 13 junho. 2013. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=11482>.

AMORIM, C. A atualidade de José Bonifácio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jul. 2013, p. A3.

CARMONA, R. **Formação social brasileira**: uma introdução ao debate. Leitura crítica de Casa Grande e Senzala, Raízes do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo. [S.l.]: [s.n.], 2006. Mimeo.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**. Momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

DIÉGUES, F. **A revolução brasileira** – O projeto político e a estratégia da independência. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DOLHNIKOFF, M. O projeto nacional de José Bonifácio. **Revista Novos Estudos**, p. 121-141, nov. 1996.

FREYRE, G. **A propósito de José Bonifácio**. Recife: MEC – Instituto Joaquim Nabuco, 1972.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **O Patriarcha da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva**. [S.l.]: Nacional, 1939. (Brasiliiana, v. 166).

INSTITUTO JOSÉ BONIFÁCIO. **A Revista do Brasil**, n.^{os} 1-6, out. 2003 a mar. 2005.

LISBOA, K. M. O Brasil à luz de José Bonifácio. **Revista Novos Estudos**, edição 51, São Paulo, julho de 1998.

REBELO, A. Um brasileiro que honrou a espécie. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 13 jul. 2013, p. 4.

RODRIGUES, J. H. **Conciliação e reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SILVA, J. B. A. **Obras científicas, políticas e sociais**. Organização de Edgard de Cerqueira Falcão. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006. [3 volumes]

_____. **Projetos para o Brasil**. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUSA, J. T. **José Bonifácio 1763 – 1838**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. (Coleção Documentos Brasileiros).

WEFFORT, F. C. **Formação do pensamento político brasileiro, ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.